



“Presidente que é presidente fala bem o português”: representações sobre a língua nacional em práticas discursivas da imprensa

“Presidente que é presidente fala bem o português”¹:
representations of the national language in discursive
press practices

José Ricardo Menacho*
UNEMAT

Flávio Roberto Gomes Benites**
UNEMAT

***Resumo:** Este artigo objetiva compreender, com fundamento na articulação teórica entre a Análise de Discurso materialista e a História das Ideias Linguísticas, como a língua nacional significa e é significada em práticas discursivas da imprensa sobre os dizeres da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Em nosso resultado de análise, observamos que as práticas discursivas da imprensa sobre os dizeres da Presidenta Dilma Rousseff, ao mesmo tempo em que produzem uma certa representação de língua nacional, significada como ideal, pura e símbolo da pátria, determinam, a partir dessa representação, segundo um seu “bom” ou “mau” uso, algumas posições-sujeito, como a de Presidente da República e a de jornalista. Observamos, também, que essa representação de língua nacional, ademais de ser significada, significa os discursos [da imprensa] que a constituem, sustentando, no seu funcionamento, os efeitos de “verdade” e de “imparcialidade”, bem como estabelecendo um modo próprio para a sua formulação.*

Palavras-chave: *Língua nacional, Discursos da imprensa, Arquivo.*

Abstract: *This article aims to understand, according to the theoretical articulation between the Materialist Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas, how the national language means and is meant in discursive practices of the press on the sayings of the President of Brazil, Dilma Rousseff. In our analysis results, we observed that the discursive practices of the press on the sayings of the President Dilma Rousseff, at the same time that they produce a certain representation of the national language, meant as ideal, pure and patriotic symbol, they determine, based on this representation, according its “good” or “bad” use, some subject-positions, as President of the Republic and as a journalist. We also observed that this representation of the national language, in addition to being meant, means the discourses [of the press] that constitute it, sustaining, in its working, the effects of “truth” and “impartiality”, as well as establishing a specific way for its formulation.*

Keywords: *National language, Discourses of the press, Archive.*

1. Preparando o terreno

Durante os mandatos da Presidenta² da República Dilma Rousseff não foram raras as vezes que parte da imprensa brasileira veiculou matérias e vídeos sobre o modo como ela se relacionava com a “língua portuguesa”, incompatível, segundo os jornalistas, com a liturgia do cargo que ocupava, especialmente, no contexto de seus pronunciamentos e falas públicas. Para alguns, inclusive, Dilma Rousseff criou, a partir de suas declarações de improviso, um novo idioma: o *dilmês*, que, nas palavras de Nunes (2018a), consiste em um “subdialeto que não faz sentido, por ser uma procissão de falatórios, sem pé nem cabeça”. Esse tipo de cobertura jornalística sobre os dizeres da Presidenta – intensificada no desenrolar de seu processo de *impeachment*³ – inquietou-nos a pensar em como uma certa representação de língua funcionava como uma espécie de “termômetro” de eventuais avaliações positivas ou negativas de um governo e como a imprensa pautava, em suas produções, o que era falar bem ou falar mal

a língua nacional. Contudo, além dessas, outras inquietações, à medida que fomos nos aproximando de nosso objeto de estudo, passaram a se impor: que representação de língua nacional é colocada em circulação pelos discursos em funcionamento nos materiais selecionados? Como os sentidos produzidos por essa representação de língua são constituídos, formulados e colocados em circulação? Como essa representação se relaciona com os discursos que a constituem? E como determina algumas posições-sujeito?

Face ao exposto, por meio da Análise de Discurso materialista e da História das Ideias Linguísticas, buscamos, neste trabalho, compreender como a língua nacional significa e é significada em práticas discursivas da imprensa que versam sobre os dizeres da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

O *corpus* analisado – recortado⁴ de um arquivo digital, acionado por meio das ferramentas de busca “todas” e “vídeo”, do *site Google*, com as palavras-chave: “Dilma Rousseff” e “língua portuguesa” – é composto por dois vídeos e um editorial jornalísticos, cujos títulos são, respectivamente: “Dilma Rousseff comete erros de Português em seu 1º discurso”; “Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula”; “Dilma, um caso sério”.

Para a seleção das sequências discursivas, tomamos como critério a presença das seguintes regularidades linguísticas nos materiais que compõem o *corpus*: (i) dizeres que tratam da língua, à luz de sua normatividade, como explicações de regras gramaticais, indicações do cumprimento ou do descumprimento destas por parte de algum sujeito e atribuições de juízos de valores ou de eventuais características “pessoais” tendo a língua como referência; (ii) dizeres que tratam da relação entre um “bom” ou “mau” uso da língua e certas posições-sujeito, como a de Presidente da República e a de jornalista; (iii) dizeres que tratam da relação da língua com a imprensa; e, por fim, (iv) dizeres que vinculam a língua ao “bom desempenho” de um governante ou de um governo.

Do vídeo “Dilma Rousseff comete erros de Português em seu 1º discurso”, produzido no ano de 2011 – no início do mandato de Dilma Rousseff – de autoria de Josivaldo Peixoto, jornalista da Jovem Pan na época, publicado no Portal *Bol*, e com duração de quatro minutos e vinte e dois segundos, selecionamos de sua transcrição as sequências discursivas (SD): SD1; SD2; SD3; SD4; SD5.

SD1: Dilma Rousseff comete erros de Português em seu 1º discurso [título do vídeo].

SD2: Senhores internautas, a crítica que eu vou fazer à nossa presidente é com todo respeito, mais absoluto respeito, até porque, acho fascinante a biografia dessa mulher que vai conduzir o destino do nosso país. Mas é uma defesa da língua portuguesa. Logo de cara, em seu discurso, uma das primeiras frases, quando ela fez uma merecida homenagem ao Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a nossa Presidente declarou: estou emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já teve. Ter a honra de seu apoio, ter o *previlégio* [o certo, é privilégio], e ter o *previlégio* da sua convivência, ter aprendido com sua sabedoria, são coisas que se guarda para toda vida [o certo, são coisas que se guardam].

SD3: Eu faço a crítica por causa do desprezo que se tem pela língua portuguesa, por parte de todos nós da elite brasileira. D.^a Dilma, eu fui ler a sua biografia, com todo cuidado, está na internet, ela estudou no Colégio Sion de Minas Gerais, frequentou a Faculdade Federal Mineira de Ciências Econômicas. Depois esteve presa, foi para o Rio Grande do Sul, formou-se em Economia [...]. Seu pai, Petra Rousseff, naturalizou-se Pedro Rousseff, empresário e poeta, segundo consta da sua biografia na internet. E sua mãe, D.^a Dilma, é professora.

SD4: Mas a questão não é apenas da nova presidente que assume com esta biografia, e o seu currículo escolar que acabamos de apresentar. Eu me recordo que no acidente da TAM, entrevistamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que falou o seguinte: “acidentes aéreos sempre *houveram* no mundo todo”, numa agressão ao verbo haver, que todos sabem, no sentido de existir, é impessoal. E Fernando Henrique Cardoso, sabemos, é professor da USP, é sociólogo, é escritor, professor *honoris causa* pela Sorbonne de Paris.

SD5: É esse desprezo pela língua portuguesa, provocado pelas elites, que eu quero realçar neste trabalho do nosso departamento jornalístico aqui. Eu próprio frequentei todos os cursos até ingressar

na Faculdade, sem saber português. Vim aprender num cursinho, graças à didática de um grande professor [...]. Acho que um bom começo para um governo civilizado, de um país que pretende se projetar no mundo, é cuidar melhor do salário e da formação dos professores de Língua Portuguesa do nosso país.

Já do vídeo “Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula”, produzido no ano de 2016 – com o processo de *impeachment* em andamento, e já tendo ocorrida a substituição provisória da titular pelo seu vice Michel Temer – de autoria de Augusto Nunes, jornalista da Revista Veja na época, publicado no canal *Vejapontocom*, no *YouTube*, e com duração de um minuto, selecionamos de sua transcrição as seqüências discursivas: SD6; SD7; SD8; SD9.

SD6: Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula [título do vídeo].

SD7: Quando Lula impunha um microfone, o plural sai em desabalada carreira, a gramática se refugia na embaixada portuguesa e a regência verbal se esconde no sótão de algum casarão abandonado.

SD8: Quando Dilma Rousseff embarca num palavrório de improviso, o raciocínio lógico providencia um copo de estricnina sem gelo e os dicionários entram em pânico com o início de outra selvagem sessão de tortura.

SD9: No primeiro discurso como Presidente, Michel Temer mostrou que trata o idioma com carinho. Não deixa de ser uma notícia animadora. Depois de treze anos, o país voltou a ser governado por alguém que sabe falar português.

E, por fim, do editorial “Dilma, um caso sério”, escrito no ano de 2017 – com o processo de *impeachment* encerrado e a Presidenta afastada definitivamente do cargo – de autoria da redação do jornal O Estado de São Paulo (Estadão), e publicado em seu *site*, selecionamos as seqüências discursivas: SD10; SD11; SD12; SD13.

SD10: Dilma, um caso sério [título do editorial].

SD11: É conhecida sua dificuldade para se expressar na língua portuguesa. Como bem sabem os brasileiros, a beligerância de Dilma Rousseff com o idioma pátrio não exige condições especiais, podendo ocorrer até mesmo em casos de comentários triviais ou argumentos despidos de qualquer complexidade. Ela facilmente se embaralha com palavras e pensamentos, o que muitas vezes deu a eventos oficiais no Palácio do Planalto contornos de show humorístico.

SD12: Pois bem, essa mesma Dilma Rousseff, que já tanto maltrata a língua portuguesa, achou que podia, em sua viagem à Europa, dialogar em francês. O programa de televisão no qual a ex-presidente teve a ousadia de usar a língua de Victor Hugo é de incomum constrangimento [...].

SD13: Não falta, porém, a Dilma Rousseff discernimento apenas em questões de idioma [...].

Aqui cabe uma observação ou, mais precisamente, um esclarecimento em relação à opção que fizemos acerca da designação “língua nacional” em nossos gestos de interpretação. Nas marcas linguísticas observadas no âmbito do corpus, a “língua”, alvo dos dizeres da imprensa, foi qualificada de “portuguesa”, de “idioma” e de “idioma pátrio”. No entanto, o nosso ponto de vista se alicerça no conceito de “língua nacional” proposto por Guimarães (2005, p. 22), que a considera como sendo “a língua de um povo, [...], que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Outro ponto de sustentação de nossa opção é o conceito, formulado também por Guimarães (2017, p. 25), de “espaços de enunciação”, que se refere aos “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”.

Assim, entendemos que as práticas discursivas [da imprensa] em apreço, ao produzirem representações específicas para e sobre a língua, como demonstraremos, inscrevem-se e se constituem em meio às memórias, às tensões, aos conflitos e às consequentes divisões, que caracterizam, no espaço de enunciação do Brasil, o funcionamento do

que se compreende por “língua nacional”. Tensões e conflitos, cabe-nos detalhar [desde já]: entre pretensões de uma unidade da/na língua, baseada na prevalência de um formato julgado como *standard*, em tese, “falado por todos” e de “ampla aceitação”, nos mais diversos “contextos”, e a contraposição a essas pretensões, sustentada pela diversidade, por outras variedades possíveis da língua; entre um imaginário de uma língua única, “perfeita”, que representa o todo, “uma identidade nacional”, e que, supostamente, homogeneiza, ou deveria homogeneizar, a todos, e uma heterogeneidade linguística que deve ser evitada por não ser “institucionalizada”, tanto do ponto de vista de sua “gramatização”, ou seja, de seu não registro e descrição [em] e/ou inadequação [em relação às] gramáticas e [aos] dicionários, quanto do ponto de vista de seu alcance, de sua generalidade, de seu apelo geral, conformador e organizador de uma universalidade; e, por fim, entre uma língua que se torna um parâmetro de correção, por ser reputada como certa, como a mais precisa, como a mais recomendável de ser mobilizada, sobretudo quando se ocupa, para enunciar, algumas posições-sujeito determinadas, e outras que, “por não possuírem esses atributos”, são, segundo uma hierarquização social estabelecida, desprestigiadas.

Antes de avançarmos, convém dizer que a Análise de Discurso materialista, teoria fundada por Michel Pêcheux, na década de 60, na França, e reterritorializada por Eni Orlandi, no Brasil, propõe-nos, por meio de dispositivos teóricos e analíticos, uma leitura não transparente dos processos de significação. Uma leitura que, para além do que está posto, dado ou cristalizado, mais que revelar um conteúdo, busca dar visibilidade ao funcionamento da ideologia⁵ articulando a língua, o sujeito e a história na produção dos sentidos. E quando em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, conforme a proposta deste estudo, a Análise de Discurso permite-nos, dentre outros deslocamentos, relacionar os discursos sobre a língua nacional [e sobre a construção do saber linguístico no Brasil] com as suas condições de produção, historicizando, assim, constitutivamente, e não de forma contextual, o que foi e o que é dito sobre ela, e, também, como esses dizeres nos determinam.

2. A construção de um arquivo [da imprensa] sobre a língua nacional: quando todos sabem que... “Presidente que é presidente fala bem o português”

Analisar discursivamente um objeto simbólico é pensar sobre a constituição, a formulação e a circulação dos efeitos de sentido que produz (Cf. ORLANDI, 2012, p. 9), sem desconsiderar, contudo, nesse gesto, a sua relação constitutiva com o arquivo de onde é selecionado, e, por conseguinte, o trabalho [discursivo] que este também realiza.

Como nos propomos a analisar práticas discursivas da imprensa, partimos do entendimento de que seus discursos são colocados em circulação, em uma dada conjuntura, dentre outros modos possíveis, por meio da constituição de arquivos sobre um tema. Esse modo possível de circulação permite aos discursos da imprensa, a partir de sua *repetibilidade* e de sua *saturação* características, como aponta Indursky (2017, p. 75), formar consensos e homogeneizar saberes sobre aquilo que formulam [em suas matérias, reportagens, vídeos, comentários, entrevistas etc.]. É por essa razão que olhar para o arquivo de um outro modo, este, discursivo, é imprescindível para começarmos a *desautomatizar* a leitura daquilo que pretendemos compreender:

o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele *permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes* (GUILHAUMOU et al., 2016, p. 116) (Destacamos).

A leitura de arquivo não pode ser confundida com uma “prática enciclopédica”, em que se parte do pressuposto de que é *ali*, onde tudo está, onde tudo deve ser encontrado, e, conseqüentemente, segundo esse pressuposto, de que é *ali*, “obrigatoriamente”, para onde devemos voltar nossas atenções, se quisermos entender algo que nos inquieta. Ler o arquivo dessa forma é interpretar [um texto, um objeto, um funcionamento...] por meio de um dispositivo ideológico, que não nos permite compreender os mecanismos que sustentam o que vemos, que

apagam outros efeitos [também em disputa], ou que dissimulam seu próprio trabalho. O leitor acaba lendo aquilo que lhe cabe ler, aquilo que lhe é autorizado a ler, de acordo com a determinação “dos aparelhos de poder de nossa sociedade” (PÊCHEUX, [1981] 2014, p. 59) [o capital, o Estado, a escola, a mídia, a religião, para citar alguns], que fazem a gestão da memória coletiva

Tomar, então, em um nível discursivo, o arquivo como um lugar de observação, mais que tentar conceituá-lo ou, de alguma forma, delimitá-lo, a partir da “revelação de seu conteúdo”, ou a partir da quantificação do que nele está abrigado, é problematizar a sua leitura, é identificá-lo como “um objeto linguístico e histórico, situado entre a materialidade da língua e da história” (SCHNEIDERS, 2014, p. 103), destacando, nesse processo, o seu [próprio] trabalho, o trabalho de arquivo, que consiste em: (i) produzir efeitos de sentido, não estando, despreziosamente [e ingenuamente] apenas no aguardo [“em *stand by*”] de uma busca a ser feita por algum interessado, como se a sua função fosse somente essa, a de fornecer respostas quando demandado; (ii) afetar e ser afetado pelo que abriga [em nosso caso: vídeos, reportagens e etc.], não sendo, assim, um banco de dados neutro, em que se separa *forma* [o tipo de arquivo: se físico, se digital] e o *conteúdo*, como se não houvesse qualquer relação entre esses elementos; (iii) organizar e estabilizar os sentidos do que *abriga* [de acordo com a sua inscrição em uma ou mais formações discursivas⁶]; e (iv) linearizar a memória discursiva, institucionalizando-a, apagando os ecos do já-dito que constituem o dizer, produzindo, assim, dentre outros, o efeito [“enciclopédico”, comentado acima] de que é *ali* [no arquivo] – e somente *ali* – que encontraremos o que precisamos saber, porque é *dali* de onde brotam as informações [a origem], como, também, o efeito de que é *ali* – e somente *ali* – que encontraremos a verdade sobre o que buscamos.

Como mencionamos, o *corpus* de análise foi recortado⁷ de um arquivo digital, tendo sido acionado por meio das ferramentas de busca “todas” e “vídeo”, do *site Google*, com as seguintes palavras-chave: “Dilma Rousseff” e “língua portuguesa”. Do resultado da busca, escolhemos três materiais: dois vídeos e um editorial.

Durante o processo de escolha dos dois vídeos e do editorial e, posteriormente, durante a seleção das sequências discursivas, chamou-nos a atenção a forma como o arquivo da imprensa sobre os dizeres da

Presidenta Dilma Rousseff determinava uma certa representação de língua nacional, naturalizando a sua predominância e predileção, e como, dessa representação, de acordo com um seu “bom” ou “mau” uso, eram produzidas: por um lado, definições de *comportamentos* [o que dizer ou não dizer, o que fazer ou não fazer], de *padrões* [como se portar, como pensar, como falar] e de expectativas [o que esperar de um...] para aqueles que, porventura, viessem a ocupar, ou estivessem ocupando, a posição-sujeito [a projeção do lugar social no discurso] de Presidente da República; e, por outro lado, definições sobre *quem estaria* “(pré)destinado” a ocupar essa posição-sujeito, e, igualmente, definições sobre que *classe social* reuniria as condições necessárias para servir à pátria.

Chamou-nos a atenção, igualmente, como aquele arquivo trabalhava os sentidos de modo a, mutuamente:

(i) Estabilizá-los – tanto os sentidos sobre uma representação de língua nacional, quanto os sentidos sobre as expectativas em relação à ocupação de uma posição-sujeito específica – cristalizando-os, tornando-os translúcidos à interpretação, óbvios à percepção do sujeito: [SD4: “Mas a questão não é apenas da nova presidente que assume com esta biografia, e o seu currículo escolar que acabamos de apresentar. Eu me recordo que no acidente da TAM, entrevistamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que falou o seguinte: ‘acidentes aéreos sempre houveram no mundo todo’, numa agressão ao verbo haver, *que todos sabem*, no sentido de existir, é impessoal. E Fernando Henrique Cardoso, *sabemos*, é professor da USP...”]; [SD11: “É conhecida sua dificuldade para se expressar na língua portuguesa. *Como bem sabem os brasileiros*, a beligerância de Dilma Rousseff com o idioma pátrio...”].

Quem sabe? Todos? É conhecida por quem? Quem bem sabe? Notem que, trabalhando ora com a *indeterminação*⁸ do dito [o pronome indefinido “todos”, o verbo *conhecer* conjugado no particípio passado: “conhecida”, o verbo *saber* conjugado na terceira pessoa do plural: “sabem”], ora com a *inclusão* do “autor” e do “leitor” da matéria como partícipes do que está sendo dito [a conjugação do verbo *saber* na primeira pessoa do plural: “sabemos”], o arquivo se constitui e coloca em circulação consensos sobre um tema específico, fixando, assim, pontos de partida para uma dada leitura [esta, e não outra] a partir da estabilização dos sentidos.

(ii) Migrá-los de um espaço jornalístico mais afeito à recepção de assuntos linguísticos, como colunas tira-dúvidas, encartes, matérias especiais e folhetos, elaborados, geralmente, por *especialistas da área*, para um espaço mais afeito aos debates político-partidários, como colunas de opinião, perfis, coberturas políticas, em que seus autores, os jornalistas, passaram a ocupar uma posição-sujeito outra, ademais ou, concomitantemente à sua, a de *gramático*, conhecedor da língua⁹ e de suas regras, avocando para si, então, segundo as formações imaginárias que preenchem esse lugar no discurso (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 82)¹⁰, a obrigatoriedade de indicar *o que é e como se deve* “falar corretamente” e, ao mesmo tempo, de repreender, quando necessário, algum provável erro cometido: [SD1: “Dilma Rousseff comete erros de Português em seu 1º discurso”]; [SD6: “Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula”].

(iii) Organizá-los em um lugar comum, familiar e de confiança ao leitor, como se o caminho para os encontrar e os gestos de interpretação fossem os mesmos para todos, e, como se, em ambos os casos – tanto no que diz respeito ao caminho, quanto no que diz respeito aos gestos de interpretação – [os sentidos], por estarem “alocados” e organizados em um mesmo lugar, estivessem ao alcance de um procedimento “simples e acessível” de localização, ao alcance de “um *google*”: [SD 2: “D^a. Dilma, eu fui ler a sua biografia, com todo cuidado, *está na internet...*”].

(iv) Consolidá-los enquanto saberes suficientes sobre um determinado assunto – em nosso caso, sobre o que é a língua nacional e a sua importância; e sobre o que é ser Presidente da República e os requisitos a serem atendidos para tanto. Enfim, consolidá-los como “aquilo que há para saber sobre este campo, na ilusão de completude” (DELA-SILVA, 2011, p. 236).

Temos, assim, segundo o trabalho de arquivo observado, uma representação de língua nacional que nos é apresentada como:

(i) Ideal(izada) ou imaginária (ORLANDI, 2009, p. 18)¹¹, sustentada por uma ilusão [ideológica] de completude; bem como, sustentada pela existência de uma versão pura e irretocável de língua a ser constantemente perseguida, e que, ao mesmo tempo, precisa se impor – manifestar a sua *coercitividade* – frente ao seu uso inadequado: [SD2: “...Logo de cara, em seu discurso, uma das primeiras frases, quando ela fez uma merecida homenagem ao Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, a nossa Presidente declarou: ...Ter a honra de seu apoio, *ter o privilégio, o certo, é privilégio*, e ter o privilégio da sua convivência, ter aprendido com sua sabedoria, *são coisas que se guarda para toda vida. O certo, “são coisas que se guardam”*”; [SD4: “...entrevistamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que falou o seguinte: *‘acidentes aéreos sempre houveram no mundo todo’*, numa agressão ao verbo *haver*, que todos sabem, no sentido de *existir, é impessoal*”].

(ii) Símbolo da pátria, e que, por esse motivo, merece o respeito e a dedicação de seus falantes, bem como ser defendida por estes, visto que respeitar a língua é respeitar a pátria, respeitar a língua é ser patriota: [SD2: “...*a crítica que eu vou fazer à nossa presidente é com todo respeito, mais absoluto respeito, até porque, acho fascinante a biografia dessa mulher que vai conduzir o destino do nosso país. Mas é uma defesa da Língua Portuguesa...*”]; [SD9: “No primeiro discurso como Presidente, Michel Temer mostrou *que trata o idioma com carinho...* Depois de treze anos, *o país voltou a ser governado por alguém que sabe falar português*”]; [SD11: “...*a beligerância de Dilma Rousseff com o idioma pátrio não exige condições especiais...*”]; [SD5: “...Acho que um bom começo para *um governo civilizado, de um país que pretende se projetar no mundo, é cuidar melhor do salário e da formação dos professores de Língua Portuguesa do nosso país*”].

(iii) Sinônimo de gramática [normativa], correspondência estabelecida em decorrência da confusão entre língua [objeto de interesse da Linguística, e, que, nesse universo, a depender da filiação teórica, pode ser compreendida de diversas formas], e o conjunto de normas gramaticais que regulam e uniformizam o dialeto-padrão de prestígio [um dos objetos de interesse da Sintaxe], relação que esvazia a primeira, tanto por negar o seu *real*, a *incompletude*, o *impossível* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p.52), quanto por entender que a língua se trata de um código a serviço da comunicação: [SD7: “Quando Lula impunha um microfone, *o plural* sai em desabalada carreira, *a gramática* se refugia na embaixada portuguesa e *a regência verbal* se esconde no sótão...”].

Ainda sobre o trabalho de arquivo, temos, também, de acordo com um bom ou mau uso daquela representação de língua, a definição de posturas e expectativas para a posição-sujeito de Presidente da República:

(i) Falar conforme a mais estrita correção da língua portuguesa, posto que Presidente que é Presidente fala bem o português, fala bem a língua “oficial” do país que representa: [SD9: “...No primeiro discurso *como Presidente*, Michel Temer mostrou que *trata o idioma com carinho*. Não deixa de ser uma notícia animadora. Depois de treze anos, o país voltou a ser *governado por alguém que sabe falar português*”]; [SD2: “Senhores internautas, *a crítica que eu vou fazer à nossa presidente é com todo respeito, mais absoluto respeito, até porque, acho fascinante a biografia dessa mulher que vai conduzir o destino do nosso país. Mas é uma defesa da Língua Portuguesa...*”]; [SD4: “...*Mas a questão não é apenas da nova presidente...* Eu me recordo que no acidente da TAM, entrevistamos o *Presidente Fernando Henrique Cardoso, que falou o seguinte: ‘acidentes aéreos sempre houveram no mundo todo’, numa agressão ao verbo haver...*”].

(ii) Evitar improvisos e constrangimentos, seguir o ritual, o protocolo, no exercício da função, no intuito de impedir a ocorrência de “deslizes” e ambiguidades: [SD7: “*Quando Lula impunha um microfone, o plural sai em desabalada carreira...*”]; [SD8: “...*Quando Dilma Rousseff embarca num palavrório de improviso, o raciocínio lógico providencia um copo de estricnina sem gelo...*”]; [SD12: “...*essa mesma Dilma Rousseff, que já tanto maltrata a língua portuguesa, achou que podia, em sua viagem à Europa, dialogar em francês. O programa de televisão no qual a ex-presidente teve a ousadia de usar a língua de Victor Hugo é de incomum constrangimento...*”]; [SD13: “Não falta, porém, *a Dilma Rousseff discernimento apenas em questões de idioma...*”].

(iii) Pertencer a uma elite letrada ou ter a sua origem vinculada a uma: [SD3: “...Eu faço a crítica *por causa do desprezo que se tem pela Língua Portuguesa, por parte de todos nós da elite brasileira*. D.^a Dilma, eu fui ler a sua biografia..., *ela estudou no Colégio Sion de Minas Gerais, frequentou a Faculdade Federal Mineira de Ciências Econômicas...*, foi para o Rio Grande do Sul, *formou-se em Economia [...]. Seu pai, Petra Rousseff, naturalizou-se Pedro Rousseff, empresário e poeta, segundo consta da sua biografia na internet. E sua mãe, D.^a Dilma, é professora...*”]; [SD5: “...*É esse desprezo pela língua portuguesa, provocado pelas elites, que eu quero realçar neste trabalho do nosso departamento jornalístico aqui...*”].

3. A “língua” da imprensa: quando os sentidos ganham corpo e a historicidade da língua nacional é apagada

Embora já tendo exposto a opacidade do arquivo e de seu trabalho [como organiza, significa e é significado..., e não apenas “acondiciona” o que recebe], e, por conseguinte, o modo como este, em movimento, vai construindo uma memória outra, institucionalizada, com ares de original, inédita, sobre o que *abriga*, ainda, gostaríamos de discutir como os discursos da imprensa, estes que estamos analisando, relacionam-se com a representação de língua nacional determinada pelo trabalho de arquivo.

Percebemos, na análise das sequências discursivas [SD1 a SD13], que, não obstante a representação de língua nacional determinar o que é ser Presidente da República, tal representação, também, afeta os discursos que a constituem. Não se trata de uma representação de língua nacional aleatória, um produto avulso das práticas discursivas que a constituíram. Nessa linha de raciocínio, há o que poderíamos chamar de uma “língua da/para imprensa”, ou, uma “língua dos/para os discursos da imprensa”, um modo de formulação singular, um modo próprio de textualização dos sentidos (ORLANDI, 2012, p. 11), com traços particulares – clareza, objetividade, correição, univocidade – e, que, por isso, precisa ser defendida, preservada: [SD2: “...*a crítica* que eu vou fazer à nossa presidente é com todo respeito..., acho fascinante a biografia dessa mulher que vai conduzir o destino do nosso país. *Mas é uma defesa da Língua Portuguesa...*”]; [SD5: “...*É esse desprezo pela língua portuguesa*, provocado pelas elites, *que eu quero realçar neste trabalho do nosso departamento jornalístico aqui...*”].

Observem que defender a língua, conforme as sequências discursivas 2 e 5, torna-se um imperativo da sociedade, um dever de todos, uma causa comum, tendo os jornalistas como porta-vozes dessa empreitada. É essa representação de língua que determina o que é ser jornalista. Um bom jornalista, à vista disso, é aquele que “domina a língua”, e que, por essa razão, segundo as evidências, está legitimado a defendê-la, a qualquer custo, quando ela estiver sob ameaça, seja qual for a origem do “ataque”, mesmo que venha da Presidenta da República.

No que toca à relação constitutiva entre a representação de língua nacional e os discursos que a constituem, acrescentamos que a primeira, enquanto um efeito, sustenta uma *política do performativo*

(PÊCHEUX, [1979] 2011, p. 89) dos discursos da imprensa, ou seja, uma equivalência entre *o dizer* [aquilo que é dito em um vídeo, ou em uma reportagem, ou em um editorial] e *o fazer* [aquilo que é verdadeiro, que aconteceu ou segue acontecendo], explorando, dessa forma, o imaginário de que é “falando corretamente” sobre um fato, que este “vira notícia”, e se “vira notícia” equivale à verdade; também sustenta a *imparcialidade* das práticas jornalísticas e a erige como um elemento indispensável para o desenvolvimento de um “bom jornalismo”, explorando, dessa forma, o imaginário de que é “falando corretamente”, usando as palavras adequadas, que interpretações “parciais” ou “tendenciosas” podem ser evitadas e que os sentidos das palavras podem ser fiéis ao que precisa ser dito. Em ambos os casos, como se fosse atingível este objetivo, é possível constatar a tentativa de se eliminar o político que se inscreve na língua, ao se partir do pressuposto, inequívoco, de que os sentidos são os mesmos para todos, de que são indivisíveis, não obstante as relações de poder e de forças que estruturam a *práxis social*.

Percebemos, também, que a defesa da língua nacional – a partir de um “levante jornalístico” em seu socorro – ora propugna pelo fim de uma agressão e/ou pela responsabilização da agressora: [SD2: “...a crítica que eu vou fazer à nossa presidente é com todo respeito, mais absoluto respeito... *Mas é uma defesa da Língua Portuguesa...*”]; ora desacredita a agressora, ridicularizando-a, colocando o que diz sob desconfiança: [SD11: “...*Ela facilmente se embaralha com palavras e pensamentos*, o que muitas vezes deu a eventos oficiais no Palácio do Planalto *contornos de show humorístico...*”]; ora aconselha a adoção de algumas medidas para reverter a situação, tratando, neste caso, um eventual desrespeito às normas gramaticais como um motivo que levaria o país à barbárie: [SD5: “...*Acho que um bom começo para um governo civilizado*, de um país que pretende se projetar no mundo, *é cuidar melhor do salário e da formação dos professores de Língua Portuguesa...*”].

Porém, apesar da “preocupação” com a defesa da língua nacional, em momento algum, nas formulações, *abriu-se*, ou *se permitiu abrir*, a possibilidade de se ampliar a discussão e assim colocar em reflexão questões referentes à língua, suas *varianças*, representações e efeitos, seu processo de historicização, *polêmicas*, sua memória discursiva, sua diversidade constitutiva, os estudos, pesquisas e abordagens a seu

respeito, ou mesmo, ainda que tangencialmente, questões referentes ao próprio sistema de educação brasileiro, sua estrutura, as políticas de Estado para área, seus desafios e diagnósticos. Essas discursividades foram silenciadas (ORLANDI, 2007b, p. 72-73), tanto de uma forma *constitutiva*, ao se dizer “x” para não [deixar] dizer “y”, e, assim, evitar a instalação do trabalho significativo de outras formações discursivas que não aquelas *dominantes*: [SD3: “...*Eu faço a crítica por causa do desprezo que se tem pela Língua Portuguesa, por parte de todos nós da elite brasileira...*”]; quanto de uma forma *local*, ao se dizer “x”, e tão somente “x”, nada mais do que “x”, para “fechar questão” sobre algo, proibindo quaisquer outros questionamentos, produzindo, assim, consensos e, ao mesmo tempo, interditando o surgimento de outros sentidos sobre a Presidenta: [SD10: “*Dilma, um caso sério*”]; [SD13: “...*Não falta, porém, a Dilma Rousseff, discernimento apenas em questões de idioma...*”].

Notem que a “crítica”, explicitada na SD3, limita as discussões possíveis sobre a língua, não só por tomar uma representação sua como verdadeira, mas também por estabelecer uma causa [única] para o seu suposto uso indevido: “o desprezo por parte de todos nós da elite brasileira”. Causa que, aliás, transfere aos sujeitos a responsabilidade por “falar bem” ou “falar mal” a língua nacional, como se esse fosse um debate adstrito à [força de] vontade, à escolha e ao desejo de cada um, e como se o “bom uso” da língua, conforme o formulado, fosse o critério [determinante] para pertencer a uma elite letrada – elite com a qual o enunciador se identifica. Por certo que essas leituras – que não correspondem com as condições de produção brasileiras – contribuem, somente, para normalizar, dentre outras contradições de um tecido social historicamente esgarçado e desigual, a ausência de políticas de Estado para a formação [e não para uma estrita capacitação] dos estudantes da educação básica, do ensino superior e dos profissionais em geral (Cf. ORLANDI, 2014).

Notem, também, que as sequências discursivas 10 e 13 “fecham questão”, no que diz respeito à Presidenta Dilma Rousseff, interditando o surgimento de outros sentidos a seu respeito: ao fixar, por um lado, uma direção de interpretação, sem desvios ou contrapontos, sobre o modo como ela se relaciona com a língua, constituindo, assim, o seguinte consenso: “é *de* conhecimento de todos que a Presidenta não sabe falar bem o português”, sendo esta, então, uma sua particularidade

a ser sempre lembrada. E, ao fixar, por outro lado, uma direção de interpretação para as suas ações e posicionamentos em geral, a partir do estabelecimento de um vínculo direto entre o respeito ao dialeto-padrão de prestígio [em seu mais alto nível de normatividade] e um bom desempenho do cargo de Presidenta da República, constituindo, o seguinte consenso: “é de conhecimento de todos que a Presidenta Dilma Rousseff, na Presidência da República, ou mesmo fora dela, é um *caso sério*” [um caso preocupante, sem solução].

Do ponto de vista constitutivo, considerando que em todo discurso há algo que “fala (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 149), observamos que os discursos da imprensa sobre os dizeres da Presidenta Dilma Rousseff, em decorrência do trabalho da ideologia¹², presentificam, em suas formulações, de acordo com a sua inscrição em uma dada rede de formações discursivas, já-ditos da/sobre a língua nacional, significados em outro tempo e espaço.

E, então, ao ter já-ditos, significados em outro tempo e espaço, presentificados em suas formulações, a língua nacional, consequentemente, tem, no teatro das evidências: (i) *a sua historicidade dissimulada* – pois o conhecimento necessário sobre a língua é o que está posto [hipoteticamente] “desde sempre”, o que está positivado, e não o que é determinado historicamente, de acordo com as condições de produção predominantes. Não há conflitos em sua constituição, os sentidos são homogeneizados [domesticados]; (ii) *a sua trajetória constitutiva naturalizada* aos olhos do leitor – pois a língua é julgada como um produto de um “processo evolutivo” dos indivíduos em sociedade, sem percalços ou resistências, “essa sempre foi a nossa língua e sempre será, desde a chegada dos primeiros portugueses nestas terras e para sempre”; e (iii) *uma sua unidade imposta* – pois esta, e não outra, é a língua verdadeira, a língua da gramática, do plural, dos dicionários, e não a língua das ruas, do cotidiano, das gírias, das regiões brasileiras.

Identificamos que a rede de formações discursivas em que os discursos da imprensa sob análise se inscrevem [para significar], e à qual pertencem os já-ditos da/sobre a língua nacional presentificados, é a mesma onde estão inscritos os discursos da/sobre a língua nacional constituídos, tanto pelas políticas de colonização linguística, especialmente aquelas que se referem ao “estabelecimento de políticas

de defesa e implantação do idioma português no Novo Mundo” (MARIANI, 2003, p. 73)], quanto pelos discursos metalinguísticos que foram sendo construídos sobre a língua nacional no seio de muitas polêmicas linguísticas entre literatos, jornalistas e juristas, portugueses e brasileiros, datadas dos séculos 19 e 20 (PFEIFFER, 2001, p. 168).

Uma rede de formações discursivas cujas regularidades de sentido nos permitem caracterizá-la como: (i) autoritária – posto que não admite, como premissa, um discurso outro: [SD12: “...Pois bem, essa mesma Dilma Rousseff, *que já tanto maltrata a língua portuguesa, achou que podia*, em sua viagem à Europa, *dialogar em Francês...*”]; (ii) beligerante – posto que estabelece formas para a defesa do que se entende estar sob ameaça: [SD6: “*Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula*”]; [SD8: “...Quando Dilma Rousseff embarca num palavrório de improviso, o raciocínio lógico providencia *um copo de estricnina sem gelo* e os dicionários entram em pânico com o início de outra *selvagem sessão de tortura*”]; (iii) elitista – posto que o que se estabelece, ou se defende, é colocado na conta [é de responsabilidade] dos letrados, nem todos sabem, ou estão autorizados a saber, sobre o tema em debate: [SD3: “...Eu faço a crítica por causa do desprezo que se tem pela Língua Portuguesa, *por parte de todos nós da elite brasileira...*”]; [SD5: “...É esse desprezo pela língua portuguesa, *provocado pelas elites*, que eu quero realçar...”]; (iv) preconceituosa – posto que menospreza e rejeita o sujeito que não se enquadra a um padrão pré-estabelecido, ou que, mesmo que se enquadre, em algum momento, comete algum erro: [SD11: “...*a beligerância* de Dilma Rousseff com o idioma pátrio *não exige condições especiais...*”]; e (v) colonizadora – posto que inferioriza e subjuga aqueles que não “dominam” ou desconhecem o dialeto padrão de prestígio, imputado, segundo as formações imaginárias, a uma elite letrada, como discutimos anteriormente: [SD5: “...Acho que um bom começo para *um governo civilizado, de um país que pretende se projetar no mundo*, é cuidar melhor do salário e da formação dos professores de *Língua Portuguesa do nosso país*].

Como demonstra Pfeiffer (2001, p.169-174), não foram poucas as vezes que os portugueses [literatos, escritores, jornalistas...] polemizaram conosco, por conta de um modo próprio, diferente daquele indicado como modelo ideal de se falar “o português”. Em defesa da língua [ou de uma sua versão], os portugueses nos acusavam de

corrompê-la, sendo Portugal, para eles, o único lugar em que as regras eram respeitadas. Demarcavam, assim, na/pela língua a diferença entre os territórios: o da metrópole, como sendo civilizado, ilustrado, de alto nível, no que toca ao linguístico, e o da colônia [e, posteriormente, o da ex-colônia], como sendo selvagem, corrompível, uma ameaça à pureza e à unidade da língua. Demarcavam, também, a diferença entre os portugueses [colonizadores] e os brasileiros [nativos], sendo os primeiros, considerados mais civilizados, porque mais afeitos ao vernáculo, e, os segundos, considerados selvagens ou torturadores da língua, porque mais avessos ao vernáculo.

Dessa forma, a “língua” daqui [da colônia, do Brasil] deveria ser a mesma da de lá [do colonizador, de Portugal], tomada, portanto, como universal, a *mesma*, independentemente das condições de produção de cada uma das localidades. Exigência, aliás, que nos leva a acreditar, tal como o trabalho ideológico nos faz crer, que os processos de historicização e de gramatização (AUROUX, 2014, p. 65) foram os mesmos tanto aqui quanto lá. Interpretação que apaga as diferenças e as contradições do modo como cada um desses processos ocorreu; desconsidera os descolamentos de princípios e fundamentos sobre questões linguísticas; e ignora as relações de poder, em tensão, na constituição de nossa língua nacional.

Nessa trilha, como problematizado por Guimarães (2005, p. 24), citamos, por exemplo, a imposição da língua portuguesa como língua oficial do Brasil *por decreto*, o “Diretório do Índio”, e não como, talvez, alguns possam imaginar, de forma espontânea, ou, como comentamos, natural, como fruto de uma evolução. O aludido decreto foi promulgado, no século 18, em 1757, pelo Marquês de Pombal, então Primeiro-ministro de Portugal, em um contexto local de amplo uso de outra língua, a chamada língua geral, “língua do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes” (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

É presentificando uma certa memória discursiva de língua nacional, e, conseqüentemente, como dissemos, reivindicando [para si] a gênese do que se está formulando, que os discursos da imprensa sob análise reproduzem o mesmo [a paráfrase], e não dão margem para a produção de sentidos diferentes [a polissemia], tendo em vista que as inscrições, em uma dada rede de formações discursivas, são as mesmas, sem

qualquer deslocamento para uma outra rede, ou mesmo para uma formação discursiva específica. O jogo de sentidos entre o civilizado e o selvagem permanece ecoando, até porque, não necessariamente, o que já foi significado [ou o que “já aconteceu”] deixa de produzir seus efeitos. Em nível discursivo, a produção de sentidos, mais que uma questão cronológica, ligada ao passado ou ao presente, é uma questão de inscrição.

Nessa linha de raciocínio, ainda em termos constitutivos, a representação de língua nacional formulada por aqueles discursos não é diferente daquela “cobrada” dos *nativos* pelos *portugueses*, tampouco é diferente, como é possível identificar nas reflexões feitas por Dela-Silva (2008, p. 215), daquela “cobrada” pelos filólogos portugueses e brasileiros, nas primeiras colunas sobre questões linguísticas, publicadas, no final do século 19 e início do século 20, nos jornais locais, que, mesmo em meio a divergências e dissensos, buscavam particularidades do português falado no Brasil, mas sem se distanciarem dos “clássicos da língua”, que eram de origem portuguesa.

Uma pureza da língua segue sendo exigida. E essa pureza segue sendo associada ao civilizado, em contraponto ao selvagem, como se o domínio de um padrão linguístico elevado, em linha com a sua normatividade, fosse sinônimo de um degrau mais adiante, de uma etapa mais elevada na escada da evolução/ascensão social, cuja base representaria o estágio mais *primitivo*, e cujo topo representaria o ápice dessa trajetória, o auge a ser conquistado. Dominar ou não dominar um padrão linguístico continua a ser um tipo de critério, determinante e inquestionável, para se demarcar as diferenças e estabelecer divisões.

Da divisão e das diferenças, então, entre os territórios do “Novo Mundo” e de Portugal, temos, agora, uma divisão interna, de ordem social, hierarquizada, por níveis de prestígio [social, cultural e econômico], segundo o modo como os sujeitos falam: se de acordo com [ou o mais próximo possível de] um padrão supervalorizado da língua, ou se de acordo com uma forma desprestigiada, “mais popular”. Nesse movimento, *regionalismos*, “*sotaques*” e variedades de *pronúncias* tornam-se motes [alvos] de preconceitos, objetos de “exotismo”, comédia ou folclorização, pois padrões são fixados¹³, no intuito de se diferenciar, mesmo que nas aparências: a erudição da barbárie, o conhecimento da ignorância, a etiqueta da grosseria e o líder do subalterno. Como assevera Dias (2018, p. 172), “há uma língua da

‘elite’ e uma língua do povo. A língua é também, portanto, fator de desigualdade”.

E, por sua vez, da divisão entre os portugueses e os brasileiros, temos, agora, entre esses últimos, uma divisão [hierárquica] das cidadanias, cujo exercício, na esfera político-democrática, para além das positavações [isto é, para além do que está legislado na Constituição Federal e nos Códigos...], não é amplo e irrestrito [para todos], não funciona de forma isonômica, equânime, justa, como faz circular, contrariamente, os efeitos do *jurídico* na sustentação da individuação do sujeito pelo Estado e/ou pelas suas discursividades (ORLANDI, 2016, p. 228), processo [interpelativo, assim como o ideológico] cujo resultado é a produção de um sujeito livre e responsável, um sujeito de direitos, que acredita, ilusoriamente, por estar entre iguais, poder agir com liberdade, segundo suas próprias “convicções” e princípios, que acredita, mesmo que com alguns ônus e obrigações porventura existentes, ou supervenientes, tudo poder: “se somos todos iguais em direitos e deveres, somos sujeitos de direito, e podemos, dessa forma, contando com essas garantias, previstas em lei, muitas ou todas elas, ser aquilo que queremos ser, bastando, para tanto, apenas uma atitude: querer”.

Os efeitos do *jurídico*, que, por certo, não dão conta do *real* da história, apagam e “despistam” as contradições e simplificam a complexidade do conjunto de mediações, fatores e formas sociais e simbólicas que constituem o sujeito e sua relação com o mundo.

Porque, para ser Presidente da República, primeiro, é preciso falar português, e falar bem, não de qualquer jeito, falar conforme uma representação de língua nacional idealizada, que não deixa margens para julgamentos, ambiguidades e eventuais questionamentos de prováveis interlocutores¹⁴. Segundo, é preciso atender certas expectativas de comportamento, exigências que, caso não sejam respeitadas, acarretarão o descrédito do então candidato, das suas propostas, declarações e planos, ou do então Presidente eleito [ou da Presidenta eleita, como analisamos ao longo deste trabalho], dos seus discursos, pronunciamentos e do seu governo. Terceiro, é preciso pertencer a uma elite letrada [ou ter a sua origem vinculada a uma], a uma classe que diferencie o postulante ao cargo dos demais, que o afaste dos outros, daqueles que desconhecem o seu próprio idioma [símbolo

da pátria], pois estes, os não-letrados, comprometeriam o posto mais elevado do Poder Executivo Federal.

Porque, para ser Presidente da República, em uma possível e apertada síntese, é imprescindível considerar que *o poder institucional não admite, em seu meio, uma língua outra, uma língua fluída, uma língua do povo.*

4. Considerações finais

Qual é a história da nossa língua? Ou qual é a língua da nossa história? A nossa língua faz história? Ou a história faz a língua?

A nossa língua, a brasileira, ou a Portuguesa do Brasil, não possui uma única história, tampouco a sua história [ou “as suas histórias”], relaciona-se com ela de forma a organizar relatos ou a dar unidade ao que é disperso e diverso. A língua se constitui e se move na/pela história, é esta que possibilita àquela a sua conservação e, ao mesmo tempo, a sua transformação [a sua movência]. Não estamos, portanto, diante de uma situação de determinismo que nos remeteria à imutabilidade, sem chances à falha e ao equívoco, mas diante de uma situação de determinação, que, a depender das condições de produção predominantes, pode ganhar contornos diferentes. A língua nacional não foi, é e sempre será desta ou daquela forma, seus efeitos de sentido não seguem um único caminho, sua construção é plural e está em constante confronto.

Buscar compreender as representações de língua nacional, em funcionamento, em discursos da imprensa, é partir da compreensão de que a língua possui uma materialidade, que não é só linguística, mas também – e reciprocamente – histórica, política e ideológica. Não se tratando, como demonstramos, de um mero instrumental disponível – *à la carte* – para a comunicação entre locutores, segundo suas vontades, ou segundo o conteúdo daquilo que querem “transmitir”, tampouco de um meio, um modo eficaz para os jornalistas redigirem seus textos, ou mesmo nós o fazermos. Reconhecer a materialidade da língua nacional, à luz da articulação teórica à qual nos filiamos, neste trabalho, é estimular uma leitura menos ingênua sobre suas características e sobre o “acúmulo de informações” a seu respeito [os dizeres sobre ela], bem como, é atentar-se para o modo como ela significa e é significada, isto é, o modo como ela faz história e, ao mesmo tempo, é feita pela história.

A língua nacional está “cravejada”, em seu tecido, de marcas, posições, relações de força e de poder, bem como de divisões e contradições, sendo ilusória a sua unidade. Um padrão idealizado de língua, puro e perfeito, foge à sua fluidez constitutiva. “É o que é”, não pela vontade do gramático, ou de quem quer que seja, mas é de acordo com a sua exterioridade [o fora que está dentro], com as condições de produção, com os aparatos ideológicos em funcionamento e de acordo com os já-ditos presentificados nas formulações que a representam.

E para a imprensa, o que é a língua? Um código perfeito? Capaz de transmitir a notícia, “sem ruídos”? E sobre a relação da língua com a posição-sujeito Presidente da República? Trata-se apenas de uma relação formal, de etiqueta?

A língua nacional, longe de ser apenas, ou simplesmente, um distintivo pátrio, *significa* [determina o que é ser Presidente da República, o que é ser jornalista, separa os letrados dos não-letrados, conforme uma das suas representações supervalorizadas] e é *significada* [é determinada pela exigência de se observar, ao falar e ao escrever, um dialeto padrão de prestígio para se ter objetividade e clareza]. *Significa* e é *significada*, não em razão da vontade deste ou daquele meio de comunicação, mas segundo vozes anônimas [do colonizador, das políticas de colonização linguísticas, das diferenças linguísticas entre a metrópole e a colônia, da unidade linguística em detrimento da diversidade] constitutivas do dizer. Vozes anônimas, porque esquecidas, em decorrência do trabalho da ideologia, mas que ressoam, produzindo sentidos, a partir da inscrição dos discursos da imprensa sobre os dizeres da Presidenta Dilma Rousseff em uma rede de formações discursivas que as recorta e direciona o que deve ser dito.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 2014.

BENITES, F. R. G. “A inscrição do sujeito na linguagem: um contraponto entre Benveniste e Lacan”. In: **Ecos**, vol. 007, p. 57-62, 2008. Disponível em:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/969/983>>. Acesso em 02 de fev. de 2020.

BORGES, L. **Em dilmês, Cunha era presidente da Câmara...de Vereadores**. Disponível em:<[http// veja.abril.com.br/politica/em-](http://veja.abril.com.br/politica/em-)

dilmes-cunha-era-presidente-da-camara-de-vereadores/>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

BRASIL, F. M. **Língua Portuguesa comemora afastamento de Dilma**: “ninguém está mais feliz do que eu”. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/lingua-portuguesa-comemora-afastamento-de-dilma-8220-ninguem-esta-mais-feliz-do-que-eu-8221/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

DELA-SILVA, S. C. Discurso, arquivo e saber: a mídia na constituição de arquivos na atualidade. In: MARIANI, B. et al. (Orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, p. 234-243, 2011.

DELA-SILVA, S. C. “Imprensa e saber linguístico: o percurso de uma instituição”. In: **Anpoll**, vol. 1, n. 25, p. 207-226, 2008. Disponível em: <<http://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/61>>.

Acesso em: 29 de set. de 2020.

DELA-SILVA, S. C.; LUNKES, F. “Por que (não) dizer da língua?” In: **Policromias**, vol. 5, n. 1, p. 87-107, 2020. Disponível em: <<http://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/33933>>.

Acesso em: 29 de set. de 2020.

DIAS, C. **Análise do Discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

EDITORIAL. Dilma, um caso sério. In: **O Estado de São Paulo**. Disponível em:<<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-um-caso-serio,70001699720>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da Linguística. Trad.: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: RG, [1981] 2010.

GUILHAUMOU, J. et al. **Discurso e Arquivo**: experimentações em análise do discurso. Campinas: Unicamp, 2016.

GUIMARÃES, E. “A língua portuguesa no Brasil”. In: **Ciência e Cultura**, vol. 57, n. 2, 2005. versão online. Disponível em:<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo iniciativo da designação. Campinas: Pontes, 2017.

INDURSKY, F. “O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos”. In: FLORES, G. G. B. et. al. (Orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia, vol. 3. Campinas: Pontes, p. 73-87, 2017.

MARIANI, B. “Políticas de colonização linguísticas”. In: **Letras**, n. 27, 2003. Disponível em: <<http://https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322>>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

MARIANI, B. “Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e ‘normas da pronúncia padrão’”. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. **Idéias linguísticas: formulação e circulação no período JK**. Campinas: RG, p. 71-83, 2010.

NUNES, A. A aula de Dilma em San Diego: como assassinar o português. In: **Vejapontocom** [YouTube], 2018b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MetZAtn9SdA&t=4s>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

NUNES, A. Agora que Dilma virou ré, como fará a Justiça para decifrar depoimentos em dilmês? In: **Jovem Pan News** [YouTube], 2018a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ydw6hiOFd_A&t=1s>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

NUNES, A. Na prova de português, Temer massacra Dilma e Lula. In: **Vejapontocom** [YouTube], 2016. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7Fxf6Rg8OkI>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

NUNES, A. Traduzindo o dilmês. In: **Vejapontocom** [YouTube], 2018c. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vKJCLaCarEg>>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

ORLANDI, E. P. “Segmentar ou recortar”. In: **Série Estudos 10**. Uberaba: FIU, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: Para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007b.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**. Campinas: Pontes, 2007a.

ORLANDI, E. P. **Língua Brasileira e outras histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG, 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. “Formação ou capacitação: duas formas de ligar a sociedade e conhecimento”. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, p. 141-185, 2014.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2016.

PÊCHEUX, M. “Análise Automática do Discurso (AAD-69)”. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, p. 59-158, [1969] 2014.

PÊCHEUX, M. “Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse?” In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux: textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, p. 73-92, [1979] 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, [1975] 2014.

PÊCHEUX, M. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, p. 57-67, [1981] 2014.

PEIXOTO, J. Dilma Rousseff comete erros de Português em seu 1º discurso. In: **Bol vídeos**, 2011. Disponível em:<<http://videos.bol.uol.com.br/video/dilma-rousseff-comete-erros-de-portugues-em-seu-1-discurso-04029B366E D0919307>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

PFEIFFER, C. C. “A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX”. In: ORLANDI, E. P. **História das Idéias Linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, p. 167-183, 2001.

REDAÇÃO. Após discurso firme, Dilma volta a ser Dilma. In: **Veja** [online], 2016. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/politica/apos-discurso-firme-dilma-volta-a-ser-dilma/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

REDAÇÃO. O Brasil e língua portuguesa se livram da ditadura petista. In: **IG** [online], 2016. Disponível em:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-08-31/dilma-rousseff-cassada.html>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

SCHNEIDERS, C. M. “Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação”. In: **Conexão Letras**, vol. 9, n. 11, p. 99-109, 2014. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55144/335>> 37>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

SILVA, L. G. “Silenciamento pela (des)autorização: a língua e o linguista no espaço do discurso midiático”. In: Grigoletto, E.; GOMES, I. R. (Orgs.). **Memória, História, arquivo: fronteiras e interseções**, Vol. 1. Recife: UFPE, p. 170-186, 2015.

Notas

¹ “A President who is a president speaks Portuguese well”.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat). Prof. Me. do Curso de Direito da Unemat/Cáceres. E-mail: menacho@unemat.br

** Doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat) e do Curso de graduação em Letras da Unemat, campus universitário de Tangará da Serra. E-mail: frgbenites@unemat.br

² Neste trabalho, a opção por nomear Dilma Rousseff como “Presidenta” e não como “Presidente” não foi ocasional. Ao optarmos pela primeira forma, pretendemos dar visibilidade a não transparência da língua, posto que, conforme ponderou Dias (2018, p. 175), é possível identificarmos, a partir da escolha da marca de gênero feminino, tal como fez Dilma Rousseff ao desejar ser chamada daquele modo, uma marca na política *por meio da língua*. Em outro sentir, se optássemos pela segunda forma, considerando as condições de produção que constituem a situação em apreço, poderíamos identificar um funcionamento outro, uma marca *na língua* de uma posição política. A nomeação “Presidenta” ou “Presidente” da República, portanto, não se refere apenas a uma questão meramente gramatical, de cunho formal, como, na época, foi amplamente veiculado.

³ Nesse sentido, conferir, dentre outras matérias e vídeos: “Língua Portuguesa comemora afastamento de Dilma: ‘ninguém está mais feliz do que eu’” (BRASIL, 2016); “Após discurso firme, Dilma volta a ser Dilma” (REDAÇÃO, 2016); “Em dilmês, Cunha era presidente da Câmara...de Vereadores” (BORGES, 2016); “A aula de Dilma em San Diego: como assassinar o português” (NUNES, 2018b); “Traduzindo o Dilmês” (NUNES, 2018c).

⁴ Partimos de Orlandi (1984, p. 14), para quem, o recorte é uma unidade discursiva. E por unidade discursiva a autora entende como: “fragmentos correlacionados de linguagem-a-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

⁵ Como Orlandi (2007a, p. 30-31), tomamos a ideologia, não como uma ocultação, mas como um funcionamento, “uma injunção à interpretação”.

⁶ Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1988], 2014, p. 147).

⁷ E não meramente segmentado – o que implica dizer que não serão analisadas frases isoladas, apartadas de suas condições de produção, da língua, do sujeito, da história e do trabalho da ideologia.

⁸ Não estamos nos referindo à “indeterminação”, segundo uma perspectiva sintática.

⁹ Nesse sentido, consultar Silva (2015, p. 171) que, em pesquisa, demonstra como o sujeito-jornalista, ao tomar a língua como objeto de notícia, passa a falar a partir do lugar de um sujeito autorizado a comentar, com “autonomia”, sobre um objeto que não lhe diz respeito. E afirma o autor: “Mas o mais importante é que, nesse gesto, o sujeito-jornalista produz um silenciamento ou, em alguns casos, o apagamento do profissional que se dedica ao estudo da língua – o linguista”.

¹⁰ Para Pêcheux ([1969] 2014, p. 82), as formações imaginárias designam o lugar que “A” e “B” (que os sujeitos) se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. E acrescenta o autor: “se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).”

¹¹ Orlandi (2009, p. 18) distingue língua imaginária de língua fluida. Para a autora, a primeira é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. Já a segunda, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas.

¹² Apagando o funcionamento da memória discursiva na constituição do dizer, e designando, a despeito de qualquer vinculação sociohistórica, o próprio *dito* como sendo a gênese daquilo que está sendo *dito*. (Cf. ORLANDI, 2007a, p. 31); (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 146).

¹³ Fixados, não aleatoriamente, como obra do acaso, ou como obra de um gosto em moda, mas, como explicamos, segundo uma memória discursiva que ainda reverbera, mesmo esquecida, uma memória de língua, vinculada a um imaginário de unidade linguística. Sobre “padrões fixados”, como afirmamos no texto, Mariani (2010), em estudo no campo da História das Ideias Linguísticas, a partir da análise de alguns censos linguísticos e de congressos sobre a língua falada e “normas da pronúncia padrão”, discute a tensão entre a unidade e a diversidade linguística no período do governo Juscelino Kubitschek, chamando-nos a atenção para os efeitos de sentido das pretensões de unidade da língua, em especial, no que se refere à sua oralidade, na constituição das políticas linguísticas no Brasil e na institucionalização de uma memória de língua [oficial].

¹⁴ Dela-Silva e Lunkes (2020, p. 94), em um percurso de estudos acerca do como os dizeres sobre a língua e os sujeitos que nela se inscrevem funcionam em diferentes condições de circulação, tal como identificamos em alguns de nossos gestos de interpretação, apontam “para os modos como, ao se falar da(s) (regras) da língua, coloca-se em cena a tensa conjuntura política nacional, as tomadas de posição e os processos de silenciamento que constituem os sentidos”.